

## CAPÍTULO IV Disposições finais

### ARTIGO 16

#### Regulamento Interno

A Ministra da Mulher e da Acção Social aprovará, por Diploma Ministerial, o Regulamento Interno do Ministério.

### ARTIGO 17

#### Revogação

É revogado o Estatuto Orgânico publicado pelo Diploma Ministerial n.º 70/2000, de 19 de Julho.

Aprovado pelo Conselho Nacional da Função Pública, aos 18 de Maio de 2005.

O Presidente do Conselho Nacional da Função Pública, *Lucas Chomera Jeremias*. (Ministro da Administração Estatal)

## MINISTÉRIO DA ENERGIA

### Diploma Ministerial n.º 195/2005

de 14 de Setembro

Havendo necessidade de publicar o Estatuto Orgânico do Ministério da Energia, ao abrigo do disposto no n.º 5 do Decreto Presidencial n.º 21/2005, de 31 de Março, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto n.º 5/2000, de 28 de Março, determino:

Único: É publicado o Estatuto Orgânico do Ministério da Energia, em anexo ao presente Diploma Ministerial e dele fazendo parte integrante.

Maputo, 12 de Julho de 2005. — O Ministro da Energia, *Salvador Namburete*.

## CAPÍTULO I

### Sistema Orgânico

#### ARTIGO 1

##### Áreas de Actividade

O Ministério da Energia está organizado de acordo com as seguintes áreas de actividades:

- a) Área de energia eléctrica;
- b) Área de energias novas e renováveis; e
- c) Área de combustíveis.

#### ARTIGO 2

##### Estrutura

1. O Ministério da Energia tem a seguinte estrutura:
  - a) Direcção Nacional de Energia Eléctrica;
  - b) Direcção Nacional de Energias Novas e Renováveis;
  - c) Direcção Nacional de Combustíveis;
  - d) Inspecção Geral;
  - e) Direcção de Estudos e Planificação;
  - f) Departamento de Administração e Finanças;
  - g) Departamento dos Recursos Humanos;

- h) Departamento de Relações Internacionais;
- i) Departamento de Informática; e
- j) Gabinete do Ministro.

2. O Ministério da Energia tem como instituições tuteladas o Conselho Nacional de Electricidade, a Electricidade de Moçambique, E.P. e a Petróleos de Moçambique, S.A.R.L.

3. São instituições subordinadas ao Ministério da Energia, o Fundo de Energia.

4. O Ministério da Energia ao nível local estrutura-se, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio e seus regulamentos.

## CAPÍTULO II

### Funções dos órgãos

#### ARTIGO 3

##### Direcção Nacional de Energia Eléctrica

A Direcção Nacional de Energia Eléctrica tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política de electricidade e acompanhar a sua execução;
- b) Promover a diversificação e a utilização racional das várias fontes de geração de energia eléctrica;
- c) Promover a maximização da utilização do potencial de electricidade existente no país, com particular ênfase as capacidades instaladas;
- d) Propor a regulamentação das actividades do sector eléctrico e acompanhar o seu cumprimento;
- e) Promover o uso eficiente da energia eléctrica;
- f) Cooperar na elaboração das normas, regulamentos e especificações técnicas relativas a instalações e serviços;
- g) Elaborar normas de segurança técnica e de defesa do ambiente no âmbito da sua competência;
- h) Promover acções com vista a expansão da rede nacional de transporte de energia, incluindo ligações a esta;
- i) Licenciar as instalações eléctricas e manter o respectivo cadastro;
- j) Licenciar as pessoas singulares e colectivas responsáveis pela elaboração, direcção, execução e exploração de projectos eléctricos e manter o respectivo cadastro; e
- k) Promover junto das entidades competentes o desenvolvimento de projectos de construção de habitações, edifícios públicos ou industriais que assegurem maior eficiência e poupança na utilização de energia quer para efeitos de iluminação, quer para refrigeração.

#### ARTIGO 4

##### Direcção Nacional das Energias Novas e Renováveis

A Direcção Nacional das Energias Novas e Renováveis, tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política de desenvolvimento e aproveitamento das energias novas e renováveis e acompanhar a sua execução;
- b) Promover a utilização sustentável e a disseminação de novas formas de energia de menor custo;
- c) Elaborar estudos sobre o consumo de biomassa e propor medidas para a sua eficiente utilização;
- d) Elaborar, em coordenação com outras entidades, propostas de desenvolvimento e gestão de recursos e resíduos florestais para produção de energia;

- e) Promover o desenvolvimento e utilização de tecnologias que assegurem a produção sustentável de carvão vegetal;
- f) Promover a disseminação de tecnologias de utilização de energia solar para produção de calor ou energia eléctrica;
- g) Promover a pesquisa, desenvolvimento e aproveitamento da energia geotérmica;
- h) Avaliar, certificar e monitorar as tecnologias de energias novas e renováveis de modo a conformá-las com os padrões de qualidade, segurança, saúde e ambientais em vigor no país;
- i) Propor a regulamentação das actividades do sector de energias novas e renováveis e acompanhar o seu cumprimento;
- j) Licenciar as instalações de energias novas e renováveis e manter o respectivo cadastro;
- k) Elaborar e propor à aprovação, normas técnicas relativas a eficiente utilização de energia nas instalações industriais e edifícios públicos;
- l) Promover o desenvolvimento e a utilização de tecnologias mais eficientes e adequados para a queima dos combustíveis lenhosos e desperdícios industriais;
- m) Promover o desenvolvimento, construção e disseminação de protótipos que assegurem processos de combustão e transferência de calor mais eficiente e de baixo custo e com o mínimo de impacto ambiental;
- n) Realizar auditorias eléctricas às instalações industriais bem como edifícios públicos;
- o) Promover a realização de estudos sobre o impacto ambiental da utilização dos diferentes recursos energéticos e propor medidas para sua mitigação; e
- p) Emitir parecer sobre novos projectos quanto aos aspectos relativos à conservação de energia, defesa e preservação do meio ambiente.

## ARTIGO 5

**Direcção Nacional dos Combustíveis**

A Direcção Nacional dos Combustíveis tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política de produção, transporte, armazenagem, distribuição, comercialização e utilização de derivados de petróleo no País e acompanhar a sua execução;
- b) Propor a política de distribuição, comercialização e utilização de gás natural no País;
- c) Promover a expansão das infra-estruturas de armazenagem, distribuição, fornecimento e comercialização de combustíveis, em particular para as zonas rurais;
- d) Promover e divulgar novas tecnologias que garantam a utilização eficiente dos combustíveis;
- e) Elaborar e manter actualizada a informação estatística sobre a produção, consumo, *stocks* e reservas estratégicas de combustíveis;
- f) Aprovar projectos de desenvolvimento e aproveitamento da rede de fornecimento de combustíveis elaborados por outros organismos;
- g) Licenciar à instalação de sistemas de armazenagem, refinação e transformação de petróleo-bruto e seus derivados e distribuição dos produtos derivados do petróleo;

- h) Licenciar instalações de produção, armazenagem, transporte, distribuição e comercialização de derivados de petróleo e terminais portuárias para a sua recepção e manter o respectivo cadastro;
- i) Elaborar normas de segurança técnica no âmbito da sua competência;
- j) Elaborar normas de defesa do ambiente no âmbito da sua competência;
- k) Elaborar os programas e planos anuais de abastecimento de combustíveis e acompanhar a sua execução;
- l) Controlar a qualidade dos produtos derivados do petróleo importados ou produzidos e comercializados no país;
- m) Elaborar planos e programas específicos sobre a distribuição dos produtos derivados do petróleo e acompanhar a sua implementação;
- n) Promover a elaboração da legislação relacionada com a produção, utilização, transformação, armazenagem, distribuição e comercialização de combustíveis;
- o) Propor e controlar mecanismos de definição de preços, em particular as margens de comercialização dos combustíveis, praticados pelos distribuidores e retalhistas, de acordo com as normas aplicáveis;
- p) Propor, em coordenação com as entidades competentes, as medidas adequadas para fazer face a eventuais situações de interferência no normal abastecimento de combustível;
- q) Elaborar normas sobre a qualidade de serviços bem como dos derivados de petróleo em uso no país e controlar a sua execução; e
- r) Promover o desenvolvimento e utilização de tecnologias que garantam a optimização do manuseamento dos combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos.

## ARTIGO 6

**Inspecção Geral**

A Inspecção Geral tem as seguintes funções:

- a) Organizar e realizar, de forma periódica e planificada, acções de inspecções das diferentes actividades do sector de Energia;
- b) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais, regulamentares e normativas, nos domínios de energia;
- c) Promover a elaboração e aperfeiçoamento da legislação aplicável à actividade energética;
- d) Elaborar estudos, inquéritos, relatórios e pareceres bem como outros trabalhos superiormente ordenados;
- e) Participar na formação, valorização e especialização técnica dos inspectores, nas diferentes áreas de actividade do sector;
- f) Embargar qualquer actividade que esteja a ser executada em flagrante violação da legislação vigente;
- g) Preparar e implementar, em coordenação com outras entidades, acções de educação dos agentes económicos e do público em geral, sobre a necessidade e importância da observância da legislação existente, tendo em vista a promoção de valores éticos na realização das suas actividades;
- h) Realizar inspecções e auditorias aos órgãos centrais, locais e instituições subordinadas, para garantir o cumprimento das normas vigentes; e
- i) Examinar sistematicamente o relacionamento entre os órgãos do Ministério e o público e propor acções correctivas às anomalias verificadas.

## ARTIGO 7

**Direcção de Estudos e Planificação**

A Direcção de Estudos e Planificação tem as seguintes funções:

- a) Assegurar e dirigir o processo de preparação, execução e controlo dos planos, estabelecendo as necessárias orientações metodológicas específicas;
- b) Estudar e propor medidas que visem a rentabilização das empresas e unidades económicas subordinadas;
- c) Emitir parecer sobre propostas de financiamento apresentadas pelos órgãos do Ministério, incluindo as instituições tuteladas e subordinadas;
- d) Assegurar a monitoria e avaliação do impacto social e económico das actividades com envolvimento de parceiros externos;
- e) Promover a organização de dados para informação estatística no âmbito da realização do plano;
- f) Planificar e promover os estudos necessários à caracterização do sector e as previsões do seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazo;
- g) Inventariar os recursos energéticos nacionais, elaborar e manter actualizado o balanço energético nacional;
- h) Coordenar os planos de investimentos na área de produção, transporte e distribuição de energia, bem como os planos de importação, aumento da capacidade instalada e de medidas de gestão da procura;
- i) Organizar e manter actualizada a informação estatística sobre a produção, distribuição, importação e exportação de energia;
- j) Elaborar e manter actualizado o cadastro de locais para a construção de novas instalações para aproveitamento energético, tendo em consideração as necessidades de desenvolvimento económico, e demais aspectos técnico-económicos e ambientais;
- k) Elaborar, em coordenação com o Departamento de Administração e Finanças, os planos anuais de actividades e orçamento;
- l) Editar e publicar uma revista especializada sobre energia e outras informações de interesse para o sector;
- m) Analisar as necessidades de assistência técnica do sector; e
- n) Elaborar outros estudos que lhe forem cometidos.

## ARTIGO 8

**Departamento de Administração e Finanças**

O Departamento de Administração e Finanças tem as seguintes funções:

- a) Elaborar os orçamentos de funcionamento e de investimento do Ministério;
- b) Dirigir e controlar a aplicação das normas sobre a execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento e controlar a sua execução;
- c) Emitir parecer na esfera da sua competência sobre estudos e projectos de desenvolvimento do sector;
- d) Propor normas e medidas de austeridade na utilização dos meios financeiros e materiais disponíveis;
- e) Assegurar o controlo contabilístico da execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento;
- f) Dirigir e controlar a gestão dos bens patrimoniais do Ministério, procedendo ao seu aprovisionamento, distribuição, inventariação e propor o seu abate;

- g) Efectuar o pagamento das despesas orçamentais do Ministério;
- h) Gerir e garantir a manutenção do parque automóvel do Ministério, bem como assegurar o funcionamento do sistema de comunicações;
- i) Participar na elaboração dos planos anuais de actividades e orçamento, em coordenação com a Direcção de Estudos e Planificação; e
- j) Definir, implementar e gerir no âmbito das suas competências, o sistema de expediente e arquivo geral.

## ARTIGO 9

**Departamento dos Recursos Humanos**

O Departamento dos Recursos Humanos tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a política dos recursos humanos do sector e garantir a sua implementação;
- b) Planificar, coordenar e assegurar a selecção e gestão dos recursos humanos do Ministério, bem como a contratação de trabalhadores, tanto nacionais, como estrangeiros.
- c) Observar e fazer cumprir o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação aplicável aos trabalhadores da função pública, bem como, emitir parecer, quando solicitado sobre contratação de trabalhadores estrangeiros;
- d) Recolher as necessidades de formação, conceber e controlar o respectivo plano de formação dos funcionários do Ministério e participar na procura de recursos para a sua implementação;
- e) Elaborar o quadro de pessoal do Ministério e executar a sua gestão sistematizada;
- f) Criar e gerir os sistemas de informação e cadastro do pessoal do Ministério; e
- g) Coordenar e controlar as acções no âmbito da assistência social aos trabalhadores do Ministério.

## ARTIGO 10

**Departamento de Relações Internacionais**

O Departamento de Relações Internacionais tem as seguintes funções:

- a) Elaborar e propor a estratégia de relacionamento com os parceiros internacionais do Ministério;
- b) Coordenar as intervenções dos parceiros de cooperação a nível do Ministério;
- c) Em articulação com os sectores beneficiários, apresentar relatórios de progresso sobre os programas desenvolvidos com fundos externos;
- d) Garantir o acompanhamento atempado e integral dos compromissos assumidos pelo Ministério em matérias de Relações Internacionais;
- e) Acompanhar o processo de negociações de acordos e contratos em que o Ministério seja parte;
- f) Assegurar a prestação de informação regular e sistemática relativa à cooperação, sempre que tal for solicitado;
- g) Propor a política de participação em eventos internacionais e outros assuntos de cooperação e assegurar a sua implementação;

- h) Organizar um arquivo central sobre os assuntos de cooperação incluindo acordos e contratos;
- i) Colaborar com a Direcção de Estudos e Planificação, na monitoria e avaliação do impacto social e económico das actividades com envolvimento de parceiros externos.
- j) Coordenar, controlar e avaliar a elaboração e execução dos programas, projectos e acções de cooperação internacional no domínio de energia; e
- k) Desenvolver acções de mobilização de parceiros de cooperação com vista a sua participação nos programas de cooperação que assegurem o financiamento externo e assistência aos projectos e programas do sector.

## ARTIGO 11

**Departamento de Informática**

O Departamento de Informática tem as seguintes funções:

- a) Planear, implementar, desenvolver e manter a operacionalidade da rede de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) do Ministério e assegurar a sua ligação com as instituições subordinadas e tuteladas;
- b) Desenvolver aplicações informáticas para o Ministério, que permitam:
  - i. A agregação dos bancos de dados diversos a desenvolver, tanto nos operadores do sector como nos vários sectores do Ministério;
  - ii. O uso eficiente e mais racional dos recursos informáticos disponíveis no Ministério;
  - iii. A partilha eficiente e pronta de informação ao nível do Ministério e suas instituições subordinadas e tuteladas;
  - iv. Facilitem os serviços de planeamento e de administração financeira e de pessoal, e assegurem a transparência das acções e a sua conformidade com as normas aplicáveis à gestão de instituições de Estado;
- c) Desenvolver interfaces com outros Ministérios e instituições estatais que permitam aceder a bancos de dados estatísticos e documentais, relevantes para a actividade do próprio Ministério e suas instituições subordinadas e tuteladas;
- d) Promover o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC),
- e) Melhorar a comunicação e troca de informação entre o Ministério de Energia, suas instituições subordinadas e o público,
- f) Assegurar a implementação da Política de Informática do Governo, nomeadamente, garantir a informatização efectiva do Ministério e sua integração na rede electrónica do Governo;
- g) Desenvolver e actualizar o portal do Ministério de Energia,
- h) Garantir a formação dos funcionários do Ministério em tecnologias de informação e comunicação;
- i) Elaborar normas que assegurem o uso efectivo das tecnologias de informação e comunicação;
- j) Colaborar na elaboração da legislação sobre a circulação electrónica de informação; e

- k) Propor sistemas de informação e comunicação que permitam o controlo da execução dos programas do Ministério.

## ARTIGO 12

**Gabinete do Ministro**

O Gabinete do Ministro tem as seguintes funções:

- a) Programar as actividades do Ministro e Vice-Ministro;
- b) Prestar assessoria ao Ministro da Energia;
- c) Assegurar a coordenação das actividades do HIV-Sida e do Género;
- d) Recolher, processar e divulgar a legislação publicada que diga respeito ao Ministério;
- e) Elaborar e emitir parecer sobre projectos de normas e regulamentos;
- f) Elaborar e emitir parecer sobre os acordos e contractos a concluir no domínio da energia;
- g) Preparar e secretariar as reuniões do Ministro e Vice-Ministro;
- h) Centralizar toda a correspondência destinada ao Ministro e Vice-Ministro;
- i) Assegurar e controlar a preparação e tramitação do expediente e a execução dos despachos do Ministro e Vice-Ministro;
- j) Assegurar a comunicação do Ministro e do Vice-Ministro, com o público e as relações com outras entidades;
- k) Garantir o funcionamento normal e eficiente do serviço interno, prestar a necessária assistência técnica, logística e administrativa ao Ministro e Vice-Ministro na realização das suas tarefas e nas deslocações em missão de serviço; e
- l) Assistir e apoiar as delegações estrangeiras de visita ao país e que estejam sob a responsabilidade do Ministério da Energia.

## CAPÍTULO III

**Colectivos**

## ARTIGO 13

**Colectivos**

No Ministério da Energia funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho Coordenador; e
- c) Conselho Técnico

## ARTIGO 14

**Conselho Consultivo**

1. O Conselho Consultivo é convocado e dirigido pelo Ministro da Energia e tem por funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais relacionadas com as áreas do Governo relativas às actividades do Ministério, designadamente:

- a) Estudar as decisões do Estado e do Governo relativas às actividades do Ministério, com vista a sua correcta implementação;
- b) Preparar, executar e controlar os planos anuais e programas do Ministério, realizar balanços periódicos e avaliar os resultados; e
- c) Promover a troca de experiência e de informações entre dirigentes e quadros.

2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;
- c) Secretário-Permanente ;
- d) Inspector-Geral;
- e) Directores Nacionais;
- f) Directores Nacionais Adjuntos;
- g) Assessores do Ministro; e
- h) Chefes de Departamentos autónomos.

3. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro.

#### ARTIGO 15

##### **Conselho Coordenador**

1. O Conselho Coordenador é um colectivo convocado e dirigido pelo Ministro da Energia, através do qual este coordena e aprecia a acção conjunta de todos os órgãos do Ministério e instituições subordinadas e tuteladas.

2. O Conselho Coordenador tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;
- c) Secretário-Permanente;
- d) Inspector-Geral;
- e) Directores Nacionais;
- f) Directores Nacionais Adjuntos;
- g) Assessores do Ministro;
- h) Chefes de Departamentos autónomos; e
- i) Directores Provinciais.

3. O Conselho Coordenador reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for autorizado pelo Presidente da República.

#### ARTIGO 16

##### **Convidados**

Por determinação do Ministro em função da matéria agendada, podem ser convidados nas sessões do Conselho Consultivo e Coordenador, os dirigentes das instituições subordinadas e tuteladas bem como outros quadros técnicos.

#### ARTIGO 17

##### **Conselho Técnico**

1. O Conselho Técnico é um colectivo de natureza técnico-científica de apoio e aconselhamento ao Ministro da Energia.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo Ministro ou por quem este designar.

3. Fazem parte do Conselho Técnico os Assessores do Ministro e outros técnicos de reconhecida competência, designados pelo Ministro.

4. São funções do Conselho Técnico:

- a) Emitir pareceres sobre questões de carácter técnico-científico ligadas ao sector;
- b) Promover a investigação das acções de carácter técnico relativas ao sector;
- c) Proceder à análise, nas áreas da sua competência, dos projectos de investimento, reabilitação e outros do sector; e
- d) Assistir o Ministro em matérias relacionadas com o desenvolvimento do sector.

5. O Conselho Técnico reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Ministro ou por quem este designar.

6. O Conselho Técnico poderá estruturar-se em sub-comissões especializadas.

#### ARTIGO 18

##### **Outros colectivos**

Nos demais níveis de direcção do Ministério funcionam outros colectivos como órgãos de apoio aos dirigentes respectivos, os quais integram os seus colaboradores directos.

#### CAPÍTULO IV

##### **Disposições finais**

#### ARTIGO 19

##### **Regulamentos Internos**

Compete ao Ministro da Energia aprovar os regulamentos internos dos diferentes órgãos.

Aprovado pelo Conselho Nacional da Função Pública, em Maputo, aos 22 de Junho de 2005.

O Presidente do Conselho Nacional da Função Pública, *Lucas Chomera Jeremias*. (Ministro da Administração Estatal)